

POLÍTICA BRASILEIRA

O mais influente boletim de análise política para o mercado financeiro.

DESDE 1992

Diesel

O presidente Lula deve assinar MP com subvenção do diesel

Escala 6x1

O governo pode enviar projeto de lei ao Congresso sobre o tema



ARKOADVICE.COM.BR

SHS Quadra 6, Bloco C, 8º Andar
Complexo Brasil, 61
Asa Sul, Brasília-DF
CEP 70316-000

EXCLUSIVO
PARA CLIENTES 



CLIMA POLÍTICO

O presidente Lula pode assinar medida provisória sobre subvenção ao diesel, além de medidas de ajuda ao setor aéreo. O governo também pode enviar ao Congresso proposta sobre o fim da escala 6x1. Com o envio da indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal, o governo retoma as articulações para viabilizar a sabatina no Senado. O STF decide as regras para a eleição no Rio de Janeiro.

Subvenção ao diesel

O presidente Lula (PT) deve editar, nesta semana, medida provisória sobre subvenção ao diesel importado para tentar reduzir os impactos da alta do preço em meio à guerra entre Estados Unidos e Irã.

A medida estabelece a subvenção de R\$ 1,20 por litro do óleo importado. A União vai arcar com a metade do benefício e os estados com a outra

metade. De acordo com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, mais de 20 estados aderiram à proposta. Mas a possível não adesão por parte das distribuidoras preocupa o governo.

Considerando um período de 60 dias, o custo da medida é estimado entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões.

TENDÊNCIA > PUBLICAÇÃO DA MP ESTA SEMANA

Jorge Messias

O presidente Lula (PT) enviou, na semana passada, a mensagem com a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) que era ocupada por Luís Roberto Barroso.

Messias precisa ser sabatinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Sendo aprovado, a indicação segue para o plenário, onde precisa do apoio de, pelo menos, 41 senadores (maioria absoluta). A data da sabatina ainda não

foi anunciada e depende de decisão do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP).

Nesta semana, Messias deve retomar o contato com os senadores no sentido de quebrar resistências a seu nome. Alcolumbre defendia a indicação do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSB) ao cargo. Lula, entretanto, tenta articular a candidatura de Pacheco para o governo de Minas Gerais, colégio eleitoral importante para o projeto de reeleição ao Palácio do Planalto.

TENDÊNCIA > SABATINA E APROVAÇÃO DE MESSIAS AINDA NESTE SEMESTRE





AVALIAÇÃO SEMANAL DO GOVERNO

<p>FISCAL 😊</p> <p>O setor público consolidado teve déficit primário de R\$ 52,843 bilhões nos 12 meses encerrados em fevereiro (0,41% do PIB), segundo o Banco Central. O déficit diminuiu frente a janeiro e dezembro (0,43%). No acumulado de 12 meses até fevereiro, o déficit primário foi de R\$ 55,553 bilhões (0,43%).</p>	<p>GERENCIAL 😊</p> <p>Pesquisa do Instituto Paraná (25 e 28/03) mostrou estabilidade na avaliação do governo. A desaprovação em relação a fevereiro se manteve em 52%. A aprovação oscilou de 45% para 44,6% no período.</p>	<p>ECONOMIA 😊</p> <p>A produção industrial subiu 0,9% em fevereiro deste ano ante janeiro na série com ajuste sazonal, de acordo com o IBGE. Em relação a fevereiro de 2025, a produção caiu 0,7%. No acumulado do ano, a indústria caiu 0,2%. No acumulado em 12 meses, houve alta de 0,3%, ante aumento de 0,5% até janeiro.</p>
<p>SOCIAL 😊</p> <p>O mercado de trabalho brasileiro registrou abertura líquida de 255.321 vagas com carteira assinada em fevereiro, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No acumulado do ano até fevereiro, foi registrada, por sua vez, a abertura líquida de 370.339 vagas. O resultado líquido foi pior que o de fevereiro de 2025, quando houve a abertura de 440.432 vagas.</p>	<p>POLÍTICA 😊</p> <p>O presidente Lula enviou a indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal ao Senado. A análise da indicação pela Casa ainda permanece incerta. Messias ainda não tem votos suficientes no plenário e depende de negociação com o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP).</p>	

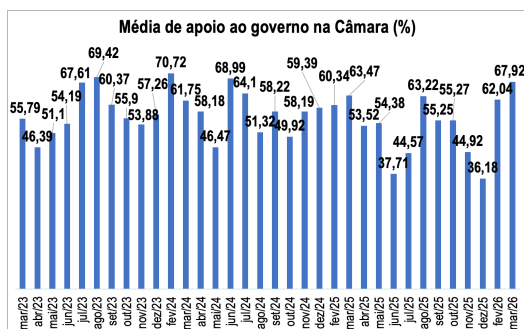




ANÁLISE DE CONJUNTURA

Apoio ao governo na Câmara cresce em março

O apoio em março aos projetos de interesse do governo atingiu o melhor resultado desde junho de 2024. O índice de adesão registrou 67,92% no mês passado. É o que mostra levantamento da **Arko Advice** a partir da análise de 16 votações nominais e abertas realizadas em março.



Vale ressaltar que as votações eram matérias consensuais, sem temas polêmicos. Foram aprovadas, por exemplo, proposições relacionadas a aumento salarial de servidores e a ampliação para R\$ 130 mil da receita bruta anual permitida para o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI). Justamente por serem matérias consensuais, o governo venceu em todas as votações.

As legendas com maior percentual de adesão ao governo no período foram:

PCdoB (95,23%); PT (89,01%); PDT (88,39%); PSB (83,92%); e PV (83,92%).

Por outro lado, os partidos com maior percentual de votos contrários foram: Missão (80%); Novo (70%); PL (39,33%); PRD (20%); e Cidadania (19,64%).

Os partidos que mais votaram em sintonia com o governo devem compor aliança com o PT na campanha pela reeleição do presidente Lula. Já as três legendas que mais se opõem ao Planalto deverão ter candidatura própria ao Palácio do Planalto.

O Missão, cuja origem é o MBL (Movimento Brasil Livre), tem como pré-candidato Renan Santos. O ex-governador Romeu Zema será o candidato do Novo. O senador Flávio Bolsonaro é o candidato pelo PL.

O PSD, do ex-governador Ronaldo Caiado, registrou índice de apoio ao governo no mês passado de 69,86%. O índice de votos contrários foi de apenas 8,82%. Lembrando que o partido comandou o Ministério da Agricultura na atual gestão com o deputado federal Carlos Fávaro, que renunciou para concorrer novamente a uma vaga na Câmara dos Deputados.

A seguir, veja como votou cada uma das legendas em temas de interesse do governo ao longo de março.



Câmara dos Deputados

Comportamento das bancadas em relação a projetos de interesse do governo (%)

Partido	Bancada	A Favor	Contra	Ausência	Abstenção	Art.17*
PL	97	44,82	39,33	15,52	0,23	0,08
PT	69	89,01	0,21	10,66	0,10	0,00
PP	49	63,71	12,68	23,45	0,00	0,14
PSD	47	69,86	8,82	21,15	0,15	0,00
União	47	65,07	16,49	18,17	0,12	0,12
Republicanos	43	74,63	7,86	16,85	0,00	0,64
MDB	41	59,72	9,30	30,96	0,00	0,00
PSDB	18	73,36	9,34	17,29	0,00	0,00
PDT	17	88,39	0,89	8,92	1,78	0,00
Podemos	16	77,19	6,57	16,22	0,00	0,00
PSB	14	83,92	2,67	13,39	0,00	0,00
PSOL	12	72,07	13,63	14,28	0,00	0,00
PCdoB	9	95,23	0,79	3,96	0,00	0,00
Avante	7	75,00	10,71	14,28	0,00	0,00
Solidariedade	6	80,55	1,38	18,05	0,00	0,00
PRD	5	60,00	20,00	18,33	1,66	0,00
Novo	5	27,14	70,00	2,85	0,00	0,00
Rede	4	80,35	10,71	7,14	1,78	0,00
Cidadania	4	44,64	19,64	35,71	0,00	0,00
PV	4	83,92	0,00	16,07	0,00	0,00
Missão	1	20,00	80,00	0,00	0,00	0,00
Total	513	67,92	14,42	17,37	0,16	0,09

* Quem está no exercício da presidência da Câmara não vota.



As prioridades de Hugo Motta na Câmara

Com o encerramento da janela partidária e das sessões semipresenciais, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), pretende impulsionar a discussão em torno de assuntos importantes nas próximas semanas. Entre eles, está a **PEC que garante um mínimo de 1% da receita para a assistência social (PEC nº 383/17)**, com previsão de entrar na pauta ainda esta semana.

Segundo fontes do Ministério da Fazenda consultadas pelo site de notícias Metrôpoles, os cálculos iniciais estimam um impacto superior a R\$ 15 bilhões por ano para os cofres públicos a partir de 2027. A matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pela Comissão Especial, carecendo de votação em plenário em dois turnos, com apoio de 3/5 da Casa em cada.

Outro tema que deve ter andamento este mês é a **regulamentação do trabalho por aplicativo (PLP nº 152/25)**. A discussão é prioridade no mandato de Motta e no governo Lula (PT), e há desejo de ambas as partes para que a votação ocorra este mês. No entanto, a discussão enfrenta impasses para se chegar a um relatório final consensual. Atualmente, o projeto tramita na Comissão Especial e aguarda a apresentação do relatório pelo deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PB). Os principais pontos de embate são o valor mínimo por

corrida ou entrega e a porcentagem da taxa de retenção.

O **fim da escala de trabalho 6x1 (PEC nº 221/19)**, uma das apostas para a campanha de reeleição do presidente Lula (PT), conta com o apoio público de Hugo Motta, que projeta para maio a votação final na Câmara. Contudo, a tramitação enfrenta entraves regimentais. Na CCJC, o relator, deputado Paulo Azi (União-BA), ainda não apresentou o parecer, embora mantenha a previsão de deliberar o texto no colegiado ainda este mês.

Superada a admissibilidade constitucional, a proposta exige a instalação de Comissão Especial para avaliar o mérito, rito que impõe um intervalo obrigatório de dez sessões apenas para o recebimento de emendas, além da possibilidade de pedido de vista após novo parecer. No plenário, a oposição pode apresentar requerimentos de retirada de pauta e de adiamento para testar o quórum qualificado de 308 votos. Diante dos impasses, o Planalto avalia enviar um projeto de lei com urgência constitucional, o qual tranca a pauta em 45 dias, exige apenas maioria simples para a aprovação e permite o veto parcial do Executivo ao final do processo, conferindo maior agilidade e controle político ao governo.

Outro assunto que pode ter andamento na Câmara, e que será tema nas eleições, é a exploração de minerais críticos no país. O relator da proposta de **Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PL nº 2.780/24)**, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), deve protocolar seu parecer nesta terça-feira (7). Como o projeto tramita



sob regime de urgência, a análise pode ocorrer diretamente no plenário. O novo texto deve estruturar um ecossistema para o setor, prevendo a criação de um Fundo Garantidor, programas federais de fomento, um certificado mineral de baixo carbono e a realização de leilões específicos.

Há também outros temas destacados por Motta como prioridade neste momento. A **regulamentação da Inteligência Artificial (PL nº 2.338/23)**, por exemplo, é uma pauta que vem sendo defendida por ele desde o início

do seu mandato, mas está parada na Comissão Especial desde o ano passado. O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), sinalizou que pretende apresentar e votar o relatório até maio.

Por fim, a discussão sobre uma Reforma Política por meio do **voto distrital misto e a indicação de um nome para a vaga da Câmara no Tribunal de Contas da União (TCU)** podem ter andamento este mês, já que Motta sinalizou que tratará disso com os líderes agora, após a janela partidária.

Matéria	Status atual	Expectativa
PEC que garante 1% da receita para a assistência social (PEC nº 383/17)	Aprovada na CCJC e na Comissão Especial. Aguarda votação no plenário da Câmara.	Segundo Motta, será pautada nesta semana.
Regulamentação do trabalho por aplicativo (PLP nº 152/25)	Aguarda apresentação e votação do relatório na Comissão Especial para seguir para o plenário da Câmara.	Há um desejo de Motta, do governo e do relator de votar a matéria este mês.
PEC do fim da escala 6x1 (PEC nº 221/19)	Aguarda apresentação e votação do relatório na CCJC para seguir para a Comissão Especial.	Motta projeta votação final em maio, mas o rito de tramitação é obstáculo.
Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PL nº 2.780/24)	Com urgência aprovada para a votação em plenário, o relator, Arnaldo Jardim, deve apresentar parecer nesta terça (7).	Motta projeta votação “em breve”, mas ainda não há data definida.
Regulamentação da Inteligência Artificial (PL nº 2.338/23)	Aguarda apresentação e votação do parecer na Comissão Especial para seguir para o plenário da Câmara.	Há um desejo da parte de Motta para que a matéria seja votada ainda no seu mandato.
Regulamentação da Inteligência Artificial (PL nº 2.338/23)	Aguarda apresentação e votação do parecer na Comissão Especial para seguir para o plenário da Câmara.	O relator, Aguinaldo Ribeiro, projeta votação da matéria na Comissão Especial em maio.

Candidatura de Caiado carece de suporte partidário

A candidatura presidencial do agora ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado pelo PSD nasce com enormes obstáculos internos. A liberação dos diretórios estaduais para que estabeleçam as alianças que lhes forem mais convenientes é o cerne de toda a dificuldade que ele irá enfrentar para se tornar um candidato viável. Com raras exceções, as seções regionais da legenda já estão comprometidas ou com a candidatura do presidente Lula (PT) ou com a do senador Flávio Bolsonaro (PL).

Nas representações pessedistas, Lula deverá conquistar entre 10 e 14 palanques estaduais. As demais devem aderir à candidatura de Flávio ou evitar vinculação direta com qualquer candidato, focando apenas no cenário local. Somente em Minas Gerais a sigla vai fugir desse roteiro, optando pela candidatura presidencial do ex-governador Romeu Zema (Novo).

Inicialmente, quando o PSD anunciou o processo de definição do seu candidato entre três postulantes – Caiado e os governadores Ratinho Júnior (PR) e Eduardo Leite (RS) –, firmando o compromisso de que os preteridos apoiariam o nome escolhido, imaginava-se que, além do respectivo diretório estadual, o ungido receberia o apoio dos outros dois.

Entretanto, pelo que se verifica, isso não deverá ocorrer. Ratinho Júnior, que desistiu da disputa à Presidência antes da definição do nome do candidato, deve se concentrar em sua sucessão no governo do Paraná, ainda que tenha parabenizado Caiado em rede social. Eduardo Leite, que criticou a escolha, fará o mesmo no Rio Grande do Sul. Nenhum outro comandante estadual manifestou apoio a Caiado. Dessa maneira, a princípio, ele conta apenas com o diretório de Goiás.

Para além da falta de adesão interna, a candidatura enfrentará dificuldades também para agregar outros partidos, com vistas a ampliar o tempo de propaganda eleitoral e garantir maior estrutura de campanha. O entorno de Caiado pretende formar alianças com legendas do centro e da direita. Mas o cenário não se apresenta favorável a tal pretensão, já que nesse espectro as principais agremiações, como a federação União Progressista (União Brasil e PP), o MDB e o Republicanos têm sinalizado que não integrarão coligações na eleição presidencial. Até o momento, Caiado dispõe apenas de parcerias regionais. Fora de sua base aliada em Goiás, o pré-candidato a governador da Bahia ACM Neto (União) também estará com ele.

Com todas essas adversidades, a meta é conseguir empolgar o eleitorado e subir nas pesquisas para tentar reverter a falta de suporte no próprio PSD e nas outras legendas. E, de preferência, que esse crescimento seja alcançado até meados de julho, antes do período das convenções partidárias.

Rejeição desgasta mais Lula do que Flávio Bolsonaro

A inédita pesquisa **AtlasIntel/Arko Advice** intitulada Raízes da Rejeição, único levantamento divulgado publicamente que aferiu em profundidade os principais vetores da rejeição ao lulismo e ao bolsonarismo, traz alertas relevantes para os dois *players* da disputa ao Palácio do Planalto – o presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL). Embora ambos tenham vulnerabilidades de imagem, o desgaste de Lula é maior que o de Flávio. Por quê?

O primeiro aspecto a ser destacado é que a rejeição a Lula, de acordo com a pesquisa, é motivada sobretudo por, supostamente, ele estar “envolvido/conivente com corrupção” (85,9%) e por “querer a população dependente do Estado” (45,7%).

O tema da corrupção é bastante sensível para o PT. Não por acaso, a pesquisa indica que 50% dos entrevistados afirmam que não votam mais no PT devido a envolvimento da sigla com a corrupção. Mesmo que as fraudes no Banco Master sejam algo sistêmico, quem acaba respondendo por esse tipo de escândalo é o presidente, principalmente em função de marcas negativas de um passado não muito distante, como o Mensalão e o Petrolão.

O segundo atributo negativo de imagem para Lula – “querer a população dependente do Estado” –

também é uma vulnerabilidade importante do presidente. As transformações em curso no mercado de trabalho são estruturais e criam, em especial a partir do avanço da mentalidade empreendedora, uma sociedade mais crítica em relação ao Estado. O governo e o PT, por ora, não têm agenda para responder a isso.

Já a rejeição a Flávio é basicamente ligada ao fato de a maioria dos entrevistados “não querer um governo parecido com o de Jair Bolsonaro” (74,4%). Na sequência, aparecem temas como Flávio “envolvido/conivente com corrupção” (62,7%) e de, supostamente, ele “representar um projeto de poder autoritário” (47,2%). A pesquisa aponta que a declaração de que não votará mais em um Bolsonaro para presidente é fruto dos “erros na condução da pandemia” (28,6%).

Conforme podemos perceber, a rejeição a Flávio decorre, majoritariamente, da impressão deixada pelo governo Jair Bolsonaro. Embora seja uma vulnerabilidade de imagem importante, particularmente porque Flávio é filho do ex-presidente, Flávio e Jair têm personalidades distintas. Mesmo que o PT, através de campanha negativa, busque explorar a narrativa de que Flávio e Jair “são iguais” – não à toa os petistas se referem ao senador como “o filho de Bolsonaro” –, na campanha Flávio terá espaço para apresentar-se como “um Bolsonaro diferente”. No entanto, precisará evitar cair em contradição, por exemplo ao acenar para os segmentos mais radicais de direita, sob pena de aumentar sua rejeição.



Lula tem vantagem momentânea em SP, MG e RJ, mas Flávio deve crescer

Tendo como base pesquisas de intenção de voto do instituto AtlasIntel e do Real Time Big Data que simulam cenários de primeiro e segundo turnos entre o presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) – cenário mais provável hoje – em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a **Arko Advice** realizou um comparativo dessas simulações com o resultado de Lula e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno da eleição de 2022, considerando os votos totais de ambos.

Em São Paulo, Lula, comparado a 2022, melhorou seu desempenho em 12,25 pontos percentuais (ver Tabela 1). Flávio, por sua vez, cresceu 8,10 pontos em relação à votação do ex-presidente no Estado. A diferença em favor de Jair

Bolsonaro em São Paulo no pleito de 2022 foi de 5,05 pontos. Hoje, a vantagem de Flávio sobre Lula no primeiro turno é menor: 0,9 ponto.

Em Minas Gerais, Lula, comparado ao segundo turno de 2022, cresceu 8,49 pontos percentuais. Flávio, comparado a Jair Bolsonaro, teve um crescimento similar: 8,24 pontos. No pleito de 2022, a vantagem em favor de Lula no primeiro turno em São Paulo foi de 3,05 pontos. Neste momento, a distância de Lula em relação a Flávio é similar: 3,3 pontos.

No Rio de Janeiro, Lula cresceu 5,01 pontos percentuais em relação ao desempenho do primeiro turno de 2022. O desempenho de Flávio, quando comparado ao de Jair Bolsonaro, cresceu 2,34 pontos. Na eleição de 2022, a vantagem de Jair Bolsonaro sobre Lula no Rio de Janeiro foi de 7,67 pontos percentuais. Neste momento, a distância em favor de Flávio contabiliza 5 pontos. Ou seja, menor que a obtida por seu pai há quatro anos.

Tabela 1 – Votos totais (2022 – 1º turno) x Intenção de voto (2026 – 1º turno) em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

Candidatos	SP (1º turno 2022 – Votos totais)	SP (Intenção de voto – 1º turno 2026)	MG 1º turno 2022 – Votos totais)	MG (Intenção de voto – 1º turno 2026)	RJ** (1º turno 2022 – Votos totais)	RJ** (Intenção de voto – 1º turno 2026)
Lula (PT)	30,25	42,50	35,21	43,70	29,99	35,00
Jair/Flávio Bolsonaro (PL)	35,30	43,40	32,16	40,40	37,66	40,00

*Fonte: AtlasIntel, Real Time Big Data e Arko Advice.

**A pesquisa do Rio de Janeiro é do instituto Real Time Big Data. As demais são do AtlasIntel.

Conforme podemos observar na Tabela 2, em São Paulo, Lula, comparado a seu desempenho no segundo turno de 2022, melhorou em 10,52 pontos percentuais. Já Flávio cresceu 7,67 pontos em relação à votação do ex-

presidente no maior colégio eleitoral do país. A diferença em favor de Jair Bolsonaro em São Paulo no pleito de 2022 foi de 7,85 pontos. Hoje, a vantagem de Flávio sobre Lula é de 5 pontos, um pouco menor.



Em Minas Gerais, Lula, comparado ao segundo turno de 2022, cresceu 9,71 pontos percentuais. Flávio, comparado a Jair Bolsonaro, teve um crescimento similar: 9,62 pontos. No pleito de 2022,

a vantagem em favor de Lula no segundo turno no Estado foi de 0,31 ponto percentual. Neste momento, a distância de Lula em relação a Flávio é similar: 0,40 ponto.

Tabela 2 – Votos totais (2022 – 2º turno) x Intenção de voto (2026 – 2º turno) em São Paulo e Minas Gerais

Candidatos	SP (2º turno 2022 – Votos totais)	SP (Intenção de voto – 2º turno 2026)	MG 2º turno 2022 – Votos totais)	MG (Intenção de voto – 2º turno 2026)
Lula (PT)	33,48	44	37,59	47,30
Jair / Flávio Bolsonaro (PL)	41,33	49	37,28	46,90

*Fonte: AtlasIntel e Arko Advice

Vale registrar que não foi realizado o comparativo de segundo turno no Rio de Janeiro, pois não há simulação disponível. Mas a tendência é que Flávio esteja em vantagem. Além de ser o reduto político da família Bolsonaro, a pesquisa presidencial de primeiro turno disponível no Rio de Janeiro mostra vantagem para Flávio sobre Lula.

Faltando cerca de seis meses para a eleição, o desempenho de Lula e de Flávio Bolsonaro em São Paulo e Minas Gerais e Rio de Janeiro sugere, conforme esperado, que os três maiores colégios eleitorais do país serão decisivos para o desfecho da eleição, que, mais uma vez, será acirrada e decidida por menos de 5 pontos percentuais em favor do vencedor.

O fato de hoje os desempenhos de Lula e de Flávio serem parecidos com o do presidente e o de Jair Bolsonaro em 2022 sugere uma vantagem para Lula, pois Flávio, por ora, não consegue compensar em São Paulo, em Minas e

no Rio de Janeiro a vantagem que o presidente deve livrar no Nordeste.

No entanto, esse quadro não é definitivo. De acordo com o AtlasIntel, em São Paulo o governo Lula é desaprovado por 56% e aprovado por 43% dos entrevistados. Em Minas, a desaprovação do presidente é de 56%; outros 42% o aprovam. No Rio de Janeiro, segundo o Real Time Big Data, 56% desaprovam Lula e 46% aprovam. Interessante observar que temos um desgaste importante do presidente nos três maiores colégios eleitorais do país, totalizando o mesmo índice de 56% nessas localidades.

A desaprovação majoritária de Lula nos três maiores colégios eleitorais sugere que, potencialmente, Flávio Bolsonaro pode crescer e capitalizar esse desgaste do governo federal em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, embora isso não ocorra neste momento. Essa é uma das variáveis que deixa a sucessão em aberto.

PL pode ter maior bancada do Senado

Levantamento realizado pela **Arko Advice** considerando os 27 senadores com mandato até 2031 e o desempenho dos candidatos mais competitivos nos 26 estados e no Distrito Federal para as eleições de outubro, quando 2/3 do Senado será renovado, aponta que o PL poderá sair das urnas como a maior bancada, seguido por PT, União Brasil, MDB, PP e PSD (*ver tabela a seguir*).

Projeção Senado 2027

Partidos	Mínimo	Máximo
PL	9-10*	22-23*
PT	4-5*	13-14*
União Brasil	3-4*	12-13*
MDB	1	11
PP	3	10
PSD	1-2*	9-10*
Republicanos	3-4*	5-6*
PSB	1	5
PSDB	0	3
Podemos	0	2
PSOL	0	2
Novo	0	2
PDT	0	1

OBS: O total de senadores ultrapassa 81, pois foram considerados os candidatos ao Senado mais competitivos nas pesquisas de intenção de voto.

**Omar Aziz (PSD-AM) pode se eleger governador; seu suplente é Cheila Moreira (PT). Cleitinho (Republicanos-MG) pode se eleger governador; seu suplente é Alex Diniz (PL). Sergio Moro (PL-PR) pode se eleger governador; seu suplente é Luiz Felipe Cunha (UB).*

Os partidos de direita (PL; União Brasil; PP; Republicanos; e Novo) ficariam com

o mínimo de 19 e o máximo de 52 senadores. Vale registrar que é improvável que a direita controle 52 das 81 cadeiras, pois neste momento a disputa pelo Senado está indefinida – na maioria dos estados temos de três a quatro candidatos disputando as duas vagas em jogo. Assim, no levantamento, todos os nomes foram contabilizados como competitivos.

As legendas de esquerda (PT; PSB; PSOL; e PDT) terão o mínimo de 5 e o máximo de 21 senadores. Os partidos MDB, PSD, PSDB e Podemos ficarão com o mínimo de 3 e o máximo de 26 senadores.

A disputa pelas 54 cadeiras ao Senado concentrará as atenções da opinião pública não apenas pelo fato de a Casa renovar 2/3 de sua representação, mas também porque o bolsonarismo e parte da direita têm utilizado a bandeira de que uma das atribuições de seus senadores será aprovar a possibilidade de *impeachment* de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Esse mote tem tido respaldo entre os eleitores por conta do recente desgaste da Corte junto à opinião pública.

Mesmo que a direita não eleja os 52 candidatos ao Senado que mostram competitividade nas pesquisas, é alta a possibilidade de os partidos de direita controlarem em torno de 50% dos assentos, o que pode, a depender da conjuntura, aumentar a pressão pela aprovação do *impeachment* de ministros do STF.



Arko Entrevista

Por Nathalia Kuhl

> **Senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS)**

O senhor é vice-presidente da CPI do Crime Organizado. Como avalia, até o momento, os trabalhos da comissão e que resultados pretende alcançar?

Em 2025, os trabalhos da comissão começaram de maneira técnica e muito organizada. Conseguimos bons avanços na construção de diagnósticos sobre a atuação das facções brasileiras, os problemas no sistema prisional e os gargalos de legislação que prejudicam o combate a esses grupos criminosos. O advento do escândalo do Banco Master acabou por direcionar a comissão para os crimes do tipo “colarinho-branco” e congêneres que ocorrem no sistema financeiro, dando maior visibilidade política à CPI, que passou a sofrer os efeitos da judicialização em massa das decisões do colegiado.

O senhor considera que há interferência de outros Poderes no trabalho da CPI? Se sim, de que forma isso estaria se manifestando?

Sim, as interferências do Supremo Tribunal Federal praticamente têm inviabilizado os trabalhos da comissão, fato agravado pela notória inação dos presidentes das Casas Legislativas em relação ao assunto. As diversas decisões judiciais, liberando convocados e convidados de seu dever de prestar oitiva e o boicote aos pedidos de informações e de quebras de sigilo compõem esse quadro lamentável.

O senhor é autor do PL nº 1.143/26, que estabelece diretrizes para tratamento diferenciado em aquisições e contratações de bens e serviços



Hamilton Mourão. Foto: Andressa Anholete/Agência Senado

estratégicos no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Qual a essência desse projeto e qual a motivação para apresentá-lo?

A essência é a modernização e a agilização dos processos de aquisição de materiais e de equipamentos de segurança pública, motivadas pela crescente demanda de ações de combate ao crime organizado. A criação da figura do “fornecedor estratégico de segurança pública nacional” evidencia a capacidade de inovação, padronização e fornecimento de soluções de alta qualidade de tecnologia compatíveis com as necessidades da segurança pública.

Qual a expectativa quanto ao debate em torno do PL nº 1.143/26 na Casa?

A expectativa é que o projeto seja bem recebido nas comissões por onde tramitará (presumivelmente pela CSP, CAE e CCJ), tão logo seja distribuído pela Mesa Diretora do Senado. Outro aspecto que chama atenção é a excelente receptividade da sociedade brasileira em relação à matéria.

AGENDA POLÍTICA DA SEMANA

NESTA SEMANA

- O Poder Executivo pode enviar ao Congresso Nacional projeto de lei que propõe o **fim da escala de trabalho 6x1**.
- O governo pode publicar medida provisória sobre a **subvenção ao diesel e anunciar medidas para o setor aéreo**.
- No Senado Federal, penúltima semana de atividades da **CPI do Crime Organizado**, cujo prazo de funcionamento vai até o próximo dia 14.

SEGUNDA-FEIRA (06/04)

- O **68º Congresso Estadual de Municípios**, realizado até quarta-feira em São Paulo, pode contar com a presença do presidente Lula (PT), do senador Flávio Bolsonaro (PL) e dos ex-governadores Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo).
- A seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo promove encontro entre presidentes de Tribunais Superiores para discutir a **Reforma do Poder Judiciário**.

TERÇA-FEIRA (07/04)

- A **CPI do Crime Organizado** pode ouvir os ex-governadores Ibaneis Rocha (MDB), do Distrito Federal, e Cláudio Castro (PL), do Rio Janeiro.
- O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) apresenta seu parecer ao projeto de lei que trata de **minerais críticos** (PL nº 2.780/24).
- A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) analisa processo que pode abrir caminho para a recomendação de caducidade do contrato de concessão da **Enel São Paulo**.
- O Ministério da Indústria, Comércio e Serviços divulga o resultado da **balança comercial** de março.
- Último dia de adesão ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) dos **Correios**.

QUARTA-FEIRA (08/04)

- Prevista a divulgação de **pesquisa Boas Ideias/Canal Meio** sobre **sucessão presidencial**.
- A **CPI do Crime Organizado** deve ouvir o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e também Roberto Campos Neto, ex-presidente da instituição.
- A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realiza audiência pública sobre o impacto do **fim da escala de trabalho 6x1** no setor de turismo, com representantes do Poder Executivo e entidades do setor.
- O Supremo Tribunal Federal (STF) julga processos sobre novas eleições para governador no **Rio de Janeiro**.
- O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento que trata da



constitucionalidade da norma que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim (Pará) para comportar os trilhos da **Ferrogão**.

- O Supremo Tribunal Federal (STF) pode julgar a ação que questiona a lei (Lei Ferrari) que regula as relações comerciais entre **montadoras e concessionárias** de veículos no Brasil.
- A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga os seus **indicadores industriais**.

SEXTA-FEIRA (10/04)

- O IBGE anuncia o resultado do **IPCA** de março.

SÁBADO (11/04)

- Prevista divulgação de **pesquisa Datafolha sobre sucessão presidencial**.
- O **senador Flávio Bolsonaro** (PL), pré-candidato à Presidência da República, participa do lançamento da pré-candidatura do deputado federal Zucco (PL) ao governo do Rio Grande do Sul.
- O **presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo**, viaja para Nova York, onde participa da Consultative Council for the Americas Meeting, promovida pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), e das Springs Meetings, organizadas pelo Banco Mundial (Bird) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington. Retorna dia 18.
- Termina o mandato de Gustavo Augusto Freitas de Lima na presidência do **Conselho Administrativo de Defesa Econômica** (Cade).

DOMINGO (12/04)

- Eleições presidenciais, em primeiro turno, no **Peru**.

POLÍTICA BRASILEIRA

EDITOR

Murillo de Aragão

EDITOR-CHEFE

Cristiano Noronha

CONSELHO EDITORIAL

Murillo de Aragão, Cristiano Noronha,
Carlos E. Bellini, Marcos A. Queiroz, Lucas de Aragão,
Michael López, Rildson Moura e Thiago de Aragão

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Murillo de Aragão

PROJETO GRÁFICO

Érica Passos

IN MEMORIAM

José Negreiros

POLÍTICA BRASILEIRA É UMA PUBLICAÇÃO DA ARKO ADVICE PESQUISAS LTDA E
AGÊNCIA BRASÍLIA EM TEMPO REAL • PUBLICAÇÃO DE CIRCULAÇÃO RESTRITA